

ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. -
ESCELSA

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures da ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
- CNPJ/MF: 28.152.650/0001-71
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Dyogenes Rosi
- Atividades: (a) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, podendo estudar, planejar, projetar, desenvolver, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; (b) gerir ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades, bem como estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; (c) prestar quaisquer serviços, de natureza pública ou privada, correlatos à gestão de ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (d) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

Características da Emissão

- Emissão: 3ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 27/08/2014
- Data de Vencimento: 27/08/2020
- Banco Escriurador/ Mandatário: Banco Citibank S.A.
- Código Cetip/ISIN: ESCE13/ BRESCEDBS025
- Coordenador Líder: Banco Citibank S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures serão destinados para refinanciar e alongar o prazo médio de sua dívida e capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 19/07/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 21 e 22 do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de reformulação da estrutura da Diretoria da Companhia.

Em AGE, realizada em 15/12/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 21 e 22 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a deliberação de reformulação da estrutura de sua Diretoria.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 1,05 em 2015 para 1,06 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,29 em 2015 para 1,14 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 1,29 em 2015 para 1,14 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,95 em 2015 para 0,87 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 5,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 4,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 2,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 14,3% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100,0% do DI + 1,80% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

29/02/2016 – R\$ 757,947169

29/08/2016 – R\$ 785,297330

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 17.680

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 17.680

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;

- Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, o índice financeiro descrito no item 5.2, alínea “c”, da Escritura de Emissão.

Índices Financeiros

4º TRI 2016

R\$ Mil	
PASSIVO	
Circulante	
Debêntures	16,671
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	146,771
Não Circulante	
Debêntures	295,469
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	397,557
(1) Total Dívida Bruta	856,468
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	362,894
Custo de operação	
Depreciações e amortizações	(89,391)
Despesas e Receitas operacionais	
Depreciações e amortizações	(3,812)
Resultado das participações societárias	-
(2) EBITDA 12 Meses	456,097
Relação Dívida Bruta por EBITDA 12 Meses = (1) / (2)	1.88
	<i>Atendido</i>

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**
- Emissão: 2ª.
 - Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 50.000;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 11/04/2016;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
11/04/2016 – R\$ 5.000,000000 (vencimento)

Juros:
11/04/2016 – R\$ 347,59476500
- (ii) Denominação da companhia ofertante: **EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**
 - Emissão: 4ª.
 - Valor da emissão: R\$ 892.206.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 664.253; (ii) 2ª Série: 179.887; e (iii) 3ª Série: 48.066;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/09/2018; (ii) 2ª Série: 15/09/2021; e (iii) 3ª Série: 15/09/2024;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - 1ª Série:
Juros:
15/03/2016 – R\$ 65,521972
15/09/2016 – R\$ 81,538636
 - 2ª Série:
Juros:
15/03/2016 – R\$ 35,591967
15/09/2016 – R\$ 47,573412
 - 3ª Série:
Juros:
15/03/2016 – R\$ 34,992915

15/09/2016 – R\$ 47,247916

(iii) Denominação da companhia ofertante: **EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 156.500.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas*: 15.650;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie*: com garantia real e adicional fidejussória;
*Redação em conformidade com o 3º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/06/2030;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) fiança prestada pela EDP – Energias do Brasil S.A., no limite de até 50% do Valor Garantido; (iii) fiança bancária contratada pela CWEI (Brasil) Participações Ltda., no limite de até 50% do Valor Garantido; (iv) penhor da totalidade das ações de emissão da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., de titularidade da EDP – Energias do Brasil S.A., e da China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (atual denominação social da CWEI (Brasil) Participações Ltda.); e (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios, de titularidade da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., emergentes do Contrato de Cessão de Uso de Bem Público para geração de Energia Elétrica n. 01/2013 – MME – UHE Cachoeira Caldeirão, celebrado com a União Federal em 29/05/2013.
As garantias reais acima mencionadas serão compartilhadas com a dívida decorrente do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, conforme contrato respectivo.
*Redação em conformidade com o 3º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(iv) Denominação da companhia ofertante: **ENERPEIXE S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 350.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 35.000;
- Espécie: com garantia real;
- Prazo de vencimento das debêntures: 22/11/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios decorrentes do: (a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº EDP C 12_14, celebrado entre

a Enerpeixe S.A. e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("EDP Comercialização") em 11/02/2014; e (b) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº EDP C 88_15, celebrado entre a Enerpeixe S.A. e EDP - Comercialização em 15/07/2015; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Enerpeixe S.A. contra o banco depositário em decorrência dos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos em pagamento dos direitos creditórios decorrentes dos itens "(a)" e "(b)" acima; e (iii) cessão fiduciária dos direitos detidos pela Enerpeixe S.A. sobre conta vinculada de sua titularidade, conforme previsto na respectiva Escritura de Emissão e contratos das garantias.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Inadimplemento: A Emissora não cumpriu com obrigações não pecuniárias, conforme previsto nos documentos da operação.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)


ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	237.848	228.845
Consumidores e concessionárias	6	583.153	680.991
Ativos financeiros setoriais	7	57.517	194.154
Impostos e contribuições sociais	8	48.208	26.286
Tributos diferidos	9	2.566	
Cauções e depósitos vinculados	11	80	75
Outros créditos	12	46.329	126.501
Total do Ativo Circulante		975.701	1.256.852
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	42.573	19.108
Ativos financeiros setoriais	7	12.701	69.814
Ativo financeiro indenizável	13.1	1.027.840	709.485
Impostos e contribuições sociais	8	29.898	22.123
Tributos diferidos	9	212.522	157.281
Cauções e depósitos vinculados	11	84.264	77.291
Outros Créditos	12	4.491	656
		1.414.289	1.055.758
Propriedades para investimentos		909	910
Imobilizado		378	85
Intangível	13.2	816.336	847.138
		817.623	848.133
Total do Ativo Não circulante		2.231.912	1.903.891
TOTAL DO ATIVO		3.207.613	3.160.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	14	303.323	424.494
Impostos e contribuições sociais	8	107.220	130.918
Tributos diferidos	9		14.564
Dividendos	15	53.598	37.946
Debêntures	16	16.671	9.102
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	146.771	123.129
Benefícios pós-emprego	18	33.095	27.594
Encargos Setoriais	19	96.651	116.126
Provisões	20	3.197	2.514
Passivos financeiros setoriais	7	36.816	
Outras contas a pagar	12	61.235	86.070
Total do Passivo Circulante		858.577	972.457
Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais	8	18.045	19.540
Tributos diferidos	9		6.458
Debêntures	16	295.469	176.368
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	397.557	516.122
Benefícios pós-emprego	18	587.869	429.313
Encargos Setoriais	19	3.603	8.473
Provisões	20	77.006	65.595
Passivos financeiros setoriais	7	17.380	
Outras contas a pagar	12	467	229
Total do Passivo Não Circulante		1.397.396	1.222.098
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	650.572	650.572
Reservas de capital	21.3	20.615	20.615
Reservas de lucros	21.3	585.551	508.845
Outros resultados abrangentes	21.4	(305.098)	(213.844)
Total do Patrimônio líquido		951.640	966.188
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.207.613	3.160.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
Receitas	22	2.776.522	2.994.899
Custo do serviço de energia elétrica	23		
Custo com energia elétrica		(1.658.105)	(2.097.228)
Custo de operação		(331.150)	(312.071)
Custo do serviço prestado a terceiros		(235.257)	(157.446)
		<u>(2.224.512)</u>	<u>(2.566.745)</u>
Lucro bruto		<u>552.010</u>	<u>428.154</u>
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas com vendas		(41.821)	(36.254)
Despesas gerais e administrativas		(91.420)	(90.988)
Depreciações e amortizações		(3.812)	(2.163)
Outras despesas e receitas operacionais		(52.063)	(37.493)
		<u>(189.116)</u>	<u>(166.898)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>362.894</u>	<u>261.256</u>
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		119.203	104.360
Despesas financeiras		(206.727)	(199.163)
		<u>(87.524)</u>	<u>(94.803)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>275.370</u>	<u>166.453</u>
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(69.678)	(21.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.798	(18.480)
		<u>(61.880)</u>	<u>(39.664)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>213.490</u>	<u>126.789</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		36,33254	21,57739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1)

A Companhia apresenta saldos no ativo não circulante referentes a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente. Esses montantes decorrem de investimentos na estrutura da concessão, que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o fim da mesma. Por via da amortização de parcela classificada no ativo intangível. Esses ativos são mensurados com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada a cada três anos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Anualmente, esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que a mensuração dos montantes envolve: (i) julgamento quanto aos valores de amortização até o final da concessão, (ii) estimativas quanto às glosas nos itens investidos por parte do regulador, (iii) controles e critérios de elegibilidade para registro de adições no período correto, entre outros, sujeitos ao processo de revisão e homologação da ANEEL.

As evidências de auditoria por nós consideradas necessárias e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes em controles e em transações. Assim, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes de efetividade de controles internos relevantes; revisão da conciliação da base de remuneração regulatória (BRR) homologada pela ANEEL com respectivos saldos contábeis efetuada pela Companhia nos exercícios em que ocorreram as revisões tarifárias; inspeção de selecionados documentos que suportam transações de adições e baixas ocorridas no período; discussão dos critérios para elegibilidade das adições e determinação da estimativa de glosas; revisão da atualização monetária dos valores envolvidos e da segregação dos mesmos entre ativo intangível e ativo financeiro, além de testes do cálculo da amortização do ativo intangível.

Consideramos que os julgamentos e as estimativas envolvidas são conciliáveis e razoáveis em relação às bases homologadas pela ANEEL, e que as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as informações observadas.

Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7)

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles que são efetivamente incorridos pela distribuidora ao longo do período de vigência da tarifa, aprovada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Essa diferença constitui um direito a receber nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou um obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos

Os procedimentos de auditoria para checar as principais movimentações registradas na conta dos ativos e passivos financeiros setoriais incluíram, entre outros, (i) a revisão da conciliação efetuada pela Companhia entre os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados contabilmente com aqueles homologados anualmente pela ANEEL para compor a tarifa da concessionária; (ii) inspeção, em base de testes, de informes à ANEEL que demonstram os valores realizados no período, assim como a inspeção, por amostragem, de documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura.

Porque é um PAA

montantes envolvidos, da sistemática de apuração dos valores - que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações) - assim como do processo de amortização que se dá pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os valores contabilizados de apropriações e amortizações são suportados por documentação que fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas as informações relevantes relacionadas.

Fornecimento não faturado (Nota 22)

Parte das receitas de vendas de energia tomam por base estimativas dos valores de energia fornecida aos clientes, conquanto ainda não faturadas na data do balanço, em virtude do intervalo de tempo entre a data da última leitura para medição e a data do encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2016, o valor estimado de venda de energia já fornecida a clientes e ainda não faturada, reconhecido contabilmente, é de R\$ 139.314 mil.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: (a) estimar os volumes de energia consumida pelos clientes e (b) atribuir valor para mensurar o fornecimento não faturado, devido à variedade de tarifas em função das diferentes classes de clientes.

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles, testes de transações e revisões analíticas sobre os saldos. Assim, entendemos e testamos a efetividade dos controles relevantes.

Em relação aos testes de transações e revisões analíticas, partimos de estimativas e dados relacionados a volume, perdas e preço para determinar a receita não faturada, e a comparamos com a estimativa contabilizada, obtendo explicações para diferenças relevantes, quando aplicável. Comparamos a proporção de energia fornecida e não faturada com dados de empresas do mesmo segmento e discutimos as variações com a administração. Também confrontamos os cálculos com os preços homologados e obtivemos evidências relacionadas às premissas de volume usadas para determinar o nível de receita estimada.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas e as correspondentes estimativas para o registro no correto período de competência atendem à norma de reconhecimento de receita.

Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, relativos a assistência médica e seguro de vida. Os saldos e os efeitos no resultado, decorrentes de sua mensuração, foram relevantes no contexto das demonstrações financeiras e

Procedemos ao entendimento e testes de efetividade dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, consideramos os controles relacionados às conciliações dos dados contábeis

Porque é um PAA

envolveram a necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, porquanto a determinação dos valores é sensível a uma série de premissas, sujeitas a estimativas e julgamentos e que podem ter sua realização de forma diferente da estimada e, conseqüentemente, demandar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

com as avaliações efetuadas e as aprovações das premissas consideradas nos cálculos atuariais.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários entendemos as metodologias empregadas por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela administração, e discutimos as premissas aprovadas e aplicadas no cálculo das obrigações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

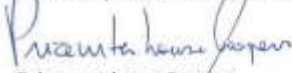
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "T" ES



Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" ES